

OS BRICS E A ATUAL ORDEM GLOBAL: REVISIONISTAS OU CONSERVADORES?

The BRICS and a global order: revisionists or conservatives?

Lucca Viersa Barros Silva¹

Introdução

Nos últimos anos, uma série de estudiosos das relações internacionais tem apontado para uma redistribuição do poder global em favor de uma nova constelação de países. Discute-se sobre a emergência de novos centros de poder, além dos tradicionais, representados pelos Estados Unidos e pela Europa. Essa mudança no sistema internacional (SI) apontaria para um maior papel dos países ditos emergentes (FLEMES, 2010a; 2010b; HURRELL, 2009; SENNES, 2012, LIMA, 2012; WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2013).

Este fenômeno pode ser percebido pelo retorno na academia de estudos referentes às potências médias e seus papéis. Comuns nas décadas de 1960 e 1970, esses estudos perderam a importância após a dissolução da União Soviética e o consequente fim do contexto em que aquelas potências atuavam (DEWITT; RYERSON, 2007)². Porém, nos últimos anos, pesquisas sobre esses países que não se enquadram como grandes potências, mas que por outro lado também não se localizam junto à maioria das outras nações do SI, têm retornado a academia sob diferentes nomenclaturas: grandes países periféricos, potências regionais, potências emergentes, potências intermediárias, *systemaffectingcountries*, poderes médios, entre outras (FLEMES, 2010a; 2010b; LIMA, 2010; KEOHANE, 1969, DEWITT; RYERSON, 2007).

São diversas as teses que se tecem na academia a respeito dos papéis que esses países têm e poderiam vir a ter no SI, mas, em geral, elas variam no espectro existente entre duas narrativas (LIMA, 2012). A primeira, mais presente na academia norte-americana, enfatiza uma possível mudança no eixo de poder global, o qual estaria se deslocando em direção ao Oriente. Esse processo geraria instabilidade internacional, pois nessa visão, de cunho neorrealista, os países emergentes seriam contra o *status-quo* e estariam buscando uma revisão da atual ordem internacional. Uma segunda narrativa, que se aproxima mais da visão liberal, mas que também abrange partidários de outras correntes teóricas das relações

¹Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Email: luccaviersa@yahoo.com.br

²Dewitt e Ryerson (2007) estabelecem uma distinção entre o que eles denominam poderes médios de primeira geração e de segunda geração. Os de primeira geração surgiram a partir da década de 1960 e se caracterizavam por serem nações desenvolvidas, mas que não se caracterizavam como grandes potências. Desempenhavam o papel de facilitadores, mediadores e interlocutores na comunidade internacional. Nesse grupo estavam países como o Canadá e os países nórdicos.

internacionais, se concentra no fato de que esses países figurem como produtos da atual ordem liberal. Colocam especial atenção na interdependência e na atratividade da ordem para os emergentes, tendo eles mais a ganhar do que a perder com a manutenção da atual ordem internacional (FLEMES, 2010a, 2010b; HURRELL 2009; SENNES, 2012).

Um dos pontos-chaves que emergem nesses debates refere-se ao modo como estes países se relacionam com a atual ordem internacional. Alguns pesquisadores ressaltam o potencial que estes países teriam para demandar e influenciar reformas (HURRELL, 2009). Associam o papel destas nações como representantes do terceiro mundo, em busca de uma maior democratização da ordem mundial. Já outros autores classificam a ação das potências emergentes como conservadores. A busca pela democratização se resumiria apenas à esfera do discurso. Segundo essa visão, esses países não procuram uma ordem internacional mais justa, e sim ascender na hierarquia atual, buscando maior poder de barganha e de participação nas instituições e conseqüentemente na formulação das normas e regras internacionais (NOGUEIRA, 2012; LIMA, 2005; 2010; 2012; FLEMES; 2010a; 2010b; SENNES, 2012; VANAIK; 2014). Outros autores, por sua vez, enfatizam o papel que os emergentes possuem no processo de expansão global do capital, portanto sua posição no mundo estaria ligada à ordem vigente e à manutenção das assimetrias resultantes dessa (GARCIA, 2011; FIORI, 2007; VANAIK; 2014).

Neste sentido, este artigo busca explorar o comportamento dos países emergentes, em especial aqueles que compõem o chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em relação a atual ordem mundial. A escolha dos BRICS se justifica em razão da representatividade que este grupo tomou nos últimos anos. Representa um grupo heterogêneo de nações que reúne algumas das principais potências emergentes, com posicionamentos convergentes em algumas áreas, principalmente no que se refere à assuntos financeiros. Mas, divergente em várias outras, como, por exemplo, reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (SENNES, 2012; STUENKEL, 2015). Os membros do BRICS são indubitavelmente classificados como potências emergentes, reunindo atributos como poder militar, político e econômico. Como nos recorda Hurrell (2009:10), esses países possuem “alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais”. Os países do BRICS representam as maiores economias fora da OCDE, são grandes e populosos, somados possuem aproximadamente 42% da população mundial e 14% do PIB, além de três quartos das reservas mundiais de divisas (BAUMANN, 2012; TUDOROIU, 2012). Estes dados demonstram que os BRICS possuem credenciais suficientes para demandarem reformas no sistema, por isso estes países serão tomados como objetos deste artigo. Busca-se saber se estes países estão realmente usando seus atributos para a construção de uma ordem internacional mais justa, ou se eles apenas procuram posições mais vantajosas na atual.

Diversos documentos e discursos do BRICS e de seus integrantes demonstram o comprometimento do grupo com reformulação da atual ordem internacional, tornando-a mais democrática e aberta (SENNES, 2012; STUENKEL, 2015). No entanto, para uma análise efetiva dos seus objetivos reais é necessário olhar além da retórica apresentada pelo grupo, é preciso analisar seu comportamento em relação a ordem estabelecida. Assim, pode-se distinguir três tipos de comportamento: revolucionário; reformista e o voltado

para ascensão. O comportamento revolucionário tem como referência a definição de Kissinger (*apud* RICUPERO, 2012) de que países revolucionários são aqueles que perseguem objetivos incompatíveis com a ordem que estão inseridos, portanto, para atingi-los a ordem necessitaria ser quebrada e refeita. Já o comportamento reformista, democratizante, seria associado a manutenção da ordem atual e de suas instituições, mas essas deveriam ser “reformadas” dando mais representatividade e acesso aos mecanismos decisórios aos outros países, e de maneira democrática e sem discriminação (STUENKEL, 2015; HURRELL, 2009). O comportamento voltado para a ascensão, por sua vez, apresenta uma retórica parecida com o reformista, no entanto, suas ações demonstram que não há um real interesse em democratizar a ordem atual, apenas em ascender hierarquicamente. Busca-se ocupar posições de poder que antes não estavam acessíveis, mas, não há uma preocupação em democratizar o acesso a essas posições (VANAIAK, 2007; SENNES 2012).

Dessa forma, procura-se, recuperar a literatura existente sobre os BRICS, compilando os principais argumentos desse debate e demonstrando que as ações desses países os aproximam de um comportamento conservador voltado para a própria ascensão na atual ordem internacional (NOGUEIRA, 2012; LIMA, 2005; 2010; 2012; FLEMES; 2010a; 2010b; SENNES, 2012). O componente reformista do grupo é pequeno, e se estende apenas as instituições econômicas e financeiras internacionais (TODOROIU, 2012). A retórica democratizante funciona como uma forma de legitimação do grupo perante aos outros países do terceiro mundo e não como um objetivo importante do grupo (VANIAK 2007, STUENKEL, 2015). Desse modo, este trabalho será estruturado em três partes. A primeira será destinada a uma breve recuperação do debate sobre a emergência de uma nova ordem mundial. Na segunda parte se procurará demonstrar o potencial dos BRICS como vetores de transformação e democratização da atual ordem mundial. Na terceira parte, por sua vez, busca-se demonstrar que as ações empreendidas por esses países coadunam com a atual ordem mundial e não condiz com as narrativas democratizante do grupo.

Uma ordem internacional em mudança?

Crise financeira na Europa e nos Estados Unidos, guerras inacabadas no Afeganistão e no Iraque, protagonismo econômico e político da China, papel crescente dos emergentes entre outros, são temas que permearam o debate nas relações internacionais durante a primeira quinzena do século XXI. Com uma proeminência cada vez maior destes aspectos, estudiosos passaram a questionar se a ordem internacional estaria em um período de mudança. Neste cenário ressurgem uma série de teses que pregam o declínio da hegemonia americana e o surgimento de novas constelações de poder no SI.

Poucos assuntos são capazes de trazer unanimidade dentro da academia, um destes, que não encontra muitas contestações, é que ainda se vive na era da hegemonia estadunidense (FIORI, 2007; HABERMAS, 2006). No entanto para se entender os meandros existente neste tema, e o modo como as hegemonias operam, é preciso voltar a Gramsci, assim, baseado na obra deste autor, Ana Garcia (2011:3), discorrendo sobre a mudança da ordem mundial, faz considerações que são valiosas para o presente trabalho:

Em termos gramscianos, a hegemonia é constituída pelas classes dominantes, que lideram na sociedade civil e, ao chegarem ao poder do Estado, são capazes de representar seus interesses particulares em termos universais. O projeto hegemônico é assim percebido como algo que abarca os interesses de grupos subordinados. Ao falarmos de hegemonia no nível mundial, devemos compreender a forma como as classes dominantes transnacionais chegam a um consenso hegemônico entre os principais países e são capazes de implementar seu projeto em outros países através da atuação de instituições internacionais (e nacionais). Com isso, uma hegemonia mundial é um projeto da classe dominante num determinado Estado dominante, mas vai além dele, sendo capaz de construir globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico e implementá-lo em outros países do sistema.

É com base nessa ideia de hegemonia consensual, somada, evidentemente, ao uso da força, que os Estados Unidos conseguem definir a ordem mundial no pós-segunda guerra. Nesses moldes, esse país conduz o processo de reconstrução da Europa, além da própria ordem política econômica mundial baseada na governança, nos regimes internacionais e nas instituições multilaterais, todos chefiados por eles, como era de se esperar. Fiori (2007) denomina esse período de “hegemonia benevolente”. Sob o discurso de que a suas ações são em prol do interesse de todos, os Estados Unidos se estabelecem como hegemonia mundial, moldando o SI ao de acordo com seus próprios interesse.

O debate sobre o declínio da hegemonia norte americana e da conseqüente alteração de ordem global, não são novidades na academia. Emergiram durante a década de 1970, com o fim de Bretton Woods, mas, após o fim da Guerra Fria, e o triunfo do liberalismo, esse debate ficou esquecido (FIORI, 2007). No entanto, com a crise de 2008 e o crescente protagonismo dos países emergentes este debate tem retornado às agendas de pesquisa ao redor do mundo.

Pode-se dizer que há três grupos de acadêmicos que abordam esse tema, com visões distintas ao redor desse fenômeno (GARCIA, 2011). O primeiro, será denominado neste trabalho de *céticos*³. Pregam que a ordem internacional é a mesma, apenas passa por algumas acomodações próprias as dinâmicas da globalização e do aumento da interdependência entre as nações. Até admitem a possibilidade de um declínio relativo no poder americano, no entanto, descartam a possibilidade que esteja surgindo um novo hegemom. Assim como, discorrem sobre a durabilidade das ordens hegemônicas construídas sob o viés constitucional, as quais seriam ordens mais acessíveis, além disto, também dariam certa proteção as nações. Sob este ponto de vista os emergentes não teriam interesse em confrontar a ordem atual, teriam maior interesse na estabilidade e na proteção que os regimes oferecem, do que, em confrontar diretamente a potência dominante ou alterar drasticamente a ordem (GARCIA, 2011).

Ao segundo grupo de autores que trabalham o conceito de mudanças na ordem internacional daremos o nome de *transformacionistas*. Estes autores pregam que há um declínio da hegemonia americana. Alguns autores se focam mais no âmbito econômico, mostrando que novos centros dinâmicos de acumulação de capital estariam se consolidando no mundo e que a economia americana já não apresentaria a mesma vitalidade. Nestes autores, a crise de 2008 configura um elemento importante de suas argumentações. A necessidade que os Estados Unidos tiveram de procurar novos arranjos para conseguir

³ Nomenclatura inspirada na classificação que José Maria Gómes fazem em seu livro “Política e democracia em tempos de globalização, Rio de Janeiro: LPP – Laboratório de Políticas Públicas, 2000. Gómes define dois grupos: os “céticos” e os “transformacionistas”. Os *céticos*” aqueles que rejeitam o caráter inédito da globalização. Já os “transformacionistas” insistem no caráter inédito da intensificação dos fluxos internacionais, assim como acreditam que está emergindo uma nova ordem mundial.

supera-la seria um claro indicativo disso. Já outros autores da vertente transformacionista preferem focar sua argumentação no aspecto referente a necessidade de consenso para a hegemon se configurar como tal. Nesta perspectiva os países do BRICS poderiam assumir os mais diversos papéis, para alguns poderia haver o surgimento de uma ordem plural, onde estes teriam importância. Mas para outros, uma possibilidade não descartada, seria o retorno a uma ordem caracterizada pela luta entre as potências (GARCIA, 2011; HABERMAS, 2006).

Uma terceira vertente seria representada pelos teóricos que defendem uma mudança na ordem internacional, mas sem alteração do poder americano (GARCIA, 2011). A este grupo denominamos de *reformistas*. Neste grupo podemos inserir o trabalho de Fiori (2008), para quem haverá uma diminuição da capacidade unilateral dos Estados Unidos. O autor enxerga que para a hegemonia se manter, é necessário cada vez mais poder, neste aspecto, portanto, os Estados Unidos já teriam atingido seu limite, agora o que assistimos é sua decadência. Mas, esse processo será vagaroso. Além disto, o autor não enxerga outro projeto hegemônico se configurando, os países que talvez tivessem potencial para competir também são beneficiários desta ordem, portanto, Fiori defende a ideia de que os Estados Unidos ainda se manterão como hegemon durante um longo período de tempo. Neste contexto, os BRICS poderão vir a desempenhar um papel importante, podem trabalhar tanto para a redefinição da ordem, como podem buscar uma ascensão nesta mesma.

De todas as vertentes uma coisa é clara, atualmente o mundo passa por processos de mudanças, se este processo resultará em uma mudança da ordem mundial, ou se será apenas um processo de acomodação dentro desta mesma ordem, ainda não é sabido. No entanto, é nesse contexto incerto que as potências médias e os BRICS ganham destaque, resta saber agora se suas ações vão mais ao encontro dos céticos, dos transformacionistas ou dos reformistas. Se estes países procuram e enxergam alguma possibilidade de mudança na atual ordem global ou se tiram mais proveito dela do modo como está, e desejam apenas ascender na hierarquia global.

O potencial de mudança dos BRICS

Desde de quando o acrônimo BRICS foi cunhado, em um relatório do banco Goldman Sachs em 2001, já se destacava o potencial que esses países poderiam vir a ter no SI. Nesse relatório, enfatizou-se que os BRICS poderiam se tornar responsáveis por uma transformação na economia global e passariam a ter um papel central no desenvolvimento econômico mundial. Ademais, se ressaltou a potencialidade que esses países teriam no âmbito político-econômico, já que em conjunto representavam mais de 42% da população, 14,5% do PIB mundial, e possibilidade de se tornarem as maiores economias mundiais nos próximos trinta anos (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003; VISENTINI, 2012; BAUMANN, 2012).

Segundo Hurrell (2009:10), são países que “parecem dispor de recursos de poder militar, político e econômico; alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais, além de algum grau de coesão interna e capacidade de ação estatal”. Estes países estariam se desenvolvendo e adquirindo poder para modificar a realidade político-econômica global. Hurrell (2009:11)

ênfatisa que desafios à ordem internacional não advêm de países fracos, mas sim daqueles que possuem alguma representatividade, além de organização política para demandar mudanças nas normas dominantes. Nesta visão, os países do BRICS teriam um potencial transformador na ordem internacional. Ademais o autor também reafirma que a postura histórica destes países é marcada pela defesa de concepções de mundo diferentes das estadunidenses:

De modo geral, todos têm defendido concepções de ordem internacional que desafiam as do Ocidente liberal e desenvolvido – do revolucionismo (ainda que retórico) da União Soviética e da China ao revisionismo terceiro mundista extremado da Índia pós-1948 e o revisionismo terceiro-mundista moderado do Brasil entre o início da década de 1970 e o final da década de 1980 (HURRELL, 2009:13)

Desta forma, haveria um papel revisionista histórico associado a essas nações. Outro aspecto que marcaria o potencial de mudanças que estes países poderiam vir a desempenhar no SI são as ações em conjunto levadas no âmbito da OMC e da reconfiguração do FMI. O sucesso alcançado por esse grupo demonstra sua capacidade de alterar alguns pontos do ordenamento internacional. Assim, estes países poderiam ter uma ação internacional visando uma maior democratização da ordem, agindo como uma espécie de porta-vozes dos países em desenvolvimento e também dos subdesenvolvidos. Neste sentido, países emergentes como os BRICS teriam um papel potencialmente transformador, provendo voz para os outros, e, também, como forma de prevenir que um só ator, que uma só voz, determine a dinâmica de todo o SI. (DEWITT & CHRISTIE, 2007:81)

Assim, o que inicialmente apenas constava em um relatório para investidores, começa a tomar corpo na política internacional. Hoje, este conjunto de países compõem um arranjo representativo de importantes reivindicações por reformas no SI, principalmente aquelas que se referem ao âmbito financeiro (NOGUEIRA, 2012).

O conservadorismo dos BRICS

Apesar do potencial que os países membros dos BRICS teriam para tentar modificar a atual ordem mundial, não é isso que se assiste na prática. Uma série de pesquisadores chama atenção para a diferença entre os elementos que contam no discurso dos países membros, e suas ações. São vários os que classificam a postura dos BRICS como conservadoras quanto a atual ordem mundial. Os aspectos democratizantes, seriam apenas retóricos, escondendo interesses mais pragmáticos (SENNES, 2012; NOGUEIRA, 2012; VIZENTINI, 2012; FLEMES, 2010a, 2010b; GARCIA, 2011; RICUPERO, 2012; LIMA, 2010; TUDOROIU, 2012, VANAİK, 2014).

Rubens Ricupero (2012:304) em um artigo publicado em uma coletânea de textos sobre os BRICS, trabalha com o conceito de países revolucionários, procurando demonstrar como os países dos BRICS apresentam um comportamento na direção oposta. O autor volta a Kissinger, o qual considera que revolucionário são aqueles que perseguem objetivos não compatíveis com a ordem mundial em que eles estão inseridos. Partindo desta definição o autor toma como exemplo de país revolucionário a Alemanha de Hitler, pois ela possuía objetivos que eram incompatíveis com a ordem até então vigente. Para estes se

realizarem, a ordem precisaria ser quebrada e refeita. No entanto o autor prossegue sua argumentação dizendo que as estruturas que determinam a atual ordem internacional são as mesmas dos pós segunda guerra. A ordem forjada a partir de 1944, não estaria passando por um processo de reconstrução. Neste sentido, para o autor, a postura tradicional dos países membros do BRICS estaria longe de ser revolucionária ou reformista, estes países são produtos da ordem atual, não possuem interesse em uma eventual ruptura desta.

Outros autores focam sua argumentação no fato de que a atual ordem mundial é muito mais aberta que as anteriores. Sendo assim mais fácil ingressar nela e usufruir das garantias oferecidas por suas instituições, seria mais fácil ascender na hierarquia internacional dentro da ordem do que lutar por sua ruptura (FLEMES, 2010:8) Ademais destacam que em uma ordem baseada na constitucionalização das relações entre as nações, as instituições agem restringendo as mais fortes, funcionando como uma espécie de “freio” para seus comportamentos. Além disso, as instituições também propiciam espaços onde os países mais fracos possam construir novas coalizões em vista de moldarem normas que favoreçam seus interesses. Também oferecem visibilidade para os mais fracos (HURRELL, 2009). Sob este ponto de vista, não seria interessante para os países membros dos BRICS se lançarem contra a atual ordem mundial. As instituições sobre a qual ela se assenta trazem garantias aos países membros, sendo mais racional mantê-las do que entrar em alguma disputa direta com a potência hegemônica fora das arenas oferecidas pelas instituições.

Pesquisadores de vertentes mais próximas ao marxismo destacam o papel ocupado pelas potências emergentes no processo de acumulação do capital. Elas se colocariam como elementos localizados entre os centros dinâmicos de acumulação, e as áreas mais pobres do sistema, representando uma parte importante nas cadeias internacionais de produção (VANAIK, 2014). Além disso, desempenhariam um papel chave para a estabilidade do sistema. Alguns pesquisadores dessa vertente consideram que essas nações apenas desejariam ascender na hierarquia do atual sistema-mundo, e não revolucionar suas estruturas, o que, passaria obrigatoriamente, por mudanças no próprio sistema capitalista. Um elemento que demonstraria o comprometimento destes países com a ordem atual seria o fato do acrônimo BRICS, ter surgido de um estudo do banco Goldman Sachs. Esses estudos normalmente se apresentam como receitas homogeneizante para o crescimento dentro do atual sistema capitalista neoliberal. Tratam o crescimento econômico como um bem em si mesmo, sem nenhuma preocupação com democratização, melhora dos padrões de vida, entre outros aspectos (GARCIA, 2011).

Em geral, a atitude dos BRICS em relação a atual ordem internacional é vista como conservadora, não apresentam uma agenda internacional nova, e nem elementos reformistas (SENNES, 2012). Suas ações menos conservadoras referem-se em especial ao domínio econômico. Onde a ação conjunta destes países em fóruns como o G20 visa o estabelecimento de condições no mercado global que permitam aos países em desenvolvimento se beneficiarem de suas vantagens comparativas, assim como, procuram bloquear ações que prejudiquem suas economias. Ademais, lutam também pela reforma das instituições de Bretton Woods, visam reformar o sistema de cotas do FMI e questionam o fato de, por tradição, o presidente dessa instituição ser sempre de origem europeia, enquanto que o presidente do banco mundial é sempre

estadunidense. Os BRICS pregam que para serem legítimos, os presidentes devem ser eleitos pelas próprias instituições, sem levar em conta suas respectivas nacionalidades (FLEMES, 2010a; 2010b). Dessa forma, estes países convergem na defesa de um conjunto muito reduzido de regras e princípios. Além disso, seus vínculos com a potência dominante e suas próprias agendas internas reduzem o interesse desses países em lutar por uma possível mudança na ordem internacional (SENNES, 2012; TUDOROIU, 2012).

Neste ponto, ressalta-se que a postura atual dos BRICS no SI é muito diferente daquela assumida pelos países emergentes nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período assistiu-se à formação de uma articulação entre as nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento em busca de reformas no SI que trouxessem condições mais justas para esses países. Esse agrupamento de nações ficou conhecido como G77, ou, com um termo um tanto pejorativo de coalizão dos fracos. Segundo Maria Regina Soares de Lima (2005:18, 2010:3):

As questões de interesse destes países diziam respeito basicamente à constituição de um sistema de comércio e desenvolvimento que, levando em conta os interesses específicos daquele conjunto de economias, instituisse mecanismos especiais para fazer face à situação de desigualdade entre os países no sistema de comércio global. As reformas eram defendidas em nome da observância de um princípio de justiça distributiva, princípio este que um sistema liberal seria impermeável: desiguais não podem ser tratados como iguais.

Deste modo, percebe-se que a postura atual dos países emergentes, em especial dos BRICS, é muito diferente da postura que estes mesmos estados desempenharam antes. É neste sentido que argumenta Ricardo Sennes (2012:220):

A emergência de novos atores internacionais não tradicionais poderia estar associada a um processo de fortalecimento da agenda dos países em desenvolvimento em torno de propostas como a “nova ordem econômica internacional”, ou ainda a demandas contundentes de reforma da governança internacional, nos moldes do que ocorreu com o movimento dos Não Alinhados e ou com o G77 nos anos 1970 e 1980. No entanto, isso não está ocorrendo, e essa é uma das marcas principais do período internacional atual: a emergência de novos atores internacionais com agendas internacionais minimalistas.

Sennes (2012) argumenta que o processo de ascensão dos países do BRICS apresenta dois aspectos: o primeiro seria que esse agrupamento e sua inserção de modo mais dinâmico na economia internacional não representaria nenhum deslocamento no eixo de poder no sentido norte-sul. O segundo refere-se ao baixo nível de interesse sistêmicos dessas nações, o que se refletiria em uma agenda conservadora em vários temas.

Os países do BRICS seriam dependentes demais da atual ordem para tentar reformula-la, apenas querem manter o status quo, com pequenos ajustes, principalmente no que se refere a economia. Essa postura é comum a todos os membros do bloco, mas, cabe destacar o papel chinês. Sua economia é intimamente ligada a economia americana, dessa forma, sua postura tende a ser mais conservadora que as dos demais países (FIORI, 2008; VIZENTINI, 2012). Assim, a ascensão desse bloco na ordem internacional

não representaria nenhuma mudança, sua emergência não viria à causar tensões. Suas ações seriam marcadas pela formação de “múltiplos arranjos com espaço mínimos entre si”, ou seja, esses estados procuram acordos poucos vinculantes, em áreas específicas, que são de seu interesse estratégico (SENNES, 2012). Esses acordos não representariam os interesses dos outros países, até mesmo o contrário, muitas vezes, seriam contra tentativas de uma maior constitucionalização da ordem internacional, teriam como objetivo o resguardo da soberania estatal, assim como, a manutenção do atual status quo.

Nesta mesma direção Flemes (2010a, 2010b) argumenta que o comportamento dos BRICS não visa princípios da cidadania global, como consta na dimensão discursiva. Por trás desse discurso se esconderiam objetivos de cunho mais pragmáticos do que ideológicos, a saber, agregação de poder e subida na hierarquia do SI. Estas atitudes se fazem clara em algumas situações específicas, como, por exemplo, na atuação desses países no G20 comercial. A postura adotada por Brasil, Rússia, Índia e China está longe de ser a do Sul global. Ademais, é notável que as negociações tomadas no âmbito da OMC não evoluem, a atuação dos BRICS tem trazido pouco progresso ao conteúdo dessas. No entanto, nesse mesmo período, esses países ascenderam na hierarquia do sistema (FLEMES, 2010a)⁴.

Outro aspecto que pode ser levado em consideração é o da falta de comprometimento quanto a uma possível reformulação das instancias responsáveis pela segurança internacional, como, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O grupo BRICS não tem um posicionamento em conjunto em relação a este assunto, no entanto, os dois membros do grupo que integram o CSNU, Rússia e China, já se mostraram menos abertos a reforma que os outros (STUENKEL, 2015). Ademais, os países do BRICS que se engajam mais fortemente em busca dessa reformulação, rejeitaram propostas referente a criação de um sistema rotativo de membros. Essas ações demonstram que enquanto alguns membros busca a manutenção do status quo, outros procuram reformula-lo, mas, como forma de ascender na hierarquia do SI, e não em busca de uma maior democratização das decisões internacionais (SENNES, 2012; FLEMES, 2010a, 2010b).

Mais um aspecto que reforçaria essa falta de comprometimento dos BRICS com alterações no SI pode ser encontrado nas próprias declarações dadas pelo grupo, conservadoras quanto a mudanças na ordem global. Além disso, convergem na defesa de um grupo bastante reduzido de princípios e normas internacionais. A exceção se faz nas mudanças referentes ao sistema financeiro internacional, onde o grupo apresenta uma atitude de caráter mais reformista. No entanto, nas outras áreas, como, meio ambiente, segurança internacional, Metas de Desenvolvimento do Milênio, entre outras o padrão apresentado destoa daquele presente na área financeira. Nessas áreas suas declarações são vagas, sem comprometimento com objetivos específicos (SENNES, 2012).

A própria estratégia de ação destes países, definida como *soft balancing*,⁵ não deixa de possuir um traço conservador. No *soft balancing* procura-se discordar da posição estabelecida pela potência

⁴ Em seu texto “A visão brasileira da futura ordem global”, Daniel Flemes faz uma série de análises, baseado no comportamento do IBAS, que evidenciam que o engajamento das potências médias com normas democratizantes do sistema internacional se restringe ao discursivo. Devido a sobreposição de membros existente entre o IBAS e o BRICS, e também, ao fato de os dois membros que não se sobrepõe não apresentam um comportamento destoante, suas análises podem ser aplicadas nos BRICS.

⁵ O termo *soft balancing* se refere a uma das estratégias de política externa utilizada pelas potências emergentes (FLEMES, 2010). Quando as opções de política externa são limitadas pelo poderio da hegemonia, opta-se por utilizar de mecanismos institucionais

hegemônica, mas sem desafia-la frontalmente. Busca-se através de meios institucionais frustrar ou modificar alguns dos objetivos da grande potência (PAPE, 2005). Pode ser considerado exemplo de soft balancing a ação dos BRICS no G20, onde esses países defendem posições contrárias a dos Estados Unidos e da Europa e agindo em conjunto eles conseguem a não aprovação de pautas que são contra seus interesses (LIMA, 2010). No entanto essas ações não deixam de possuir um traço conservador, pois além de não contarem com recursos de poder suficiente para questionar diretamente o hegemon, esses países buscam o reconhecimento internacional, por isso, não podem se distanciar muito da grande potência e propor ações que modifiquem de forma mais profunda o SI (LIMA, 2010).

Considerações Finais

Depois de uma análise ligeiramente mais minuciosa dos BRICS, seu comportamento sugere que estes países não buscam alterar a atual ordem mundial. Muito pelo contrário, suas posições se encontram mais perto dos conservadores do que daqueles que buscam alguma mudança. A interdependência destes países com o atual hegemon é alta, assim como, essas nações tiram vantagens das posições que desempenham na ordem global atual.

O revisionismo deste grupo, fica restrito apenas a algumas poucas áreas, em especial aquelas ligadas a reforma do sistema financeiro global. Demonstrando que o componente democratizador presente nos discursos dos países membros se encontram restritos apenas a esta esfera, a discursiva. Se trata de um processo de construção de legitimidade perante a comunidade internacional, o qual, parece mascarar estratégias de ascensão internacional desses países.

Nesse sentido, a postura dos BRICS perante a atual ordem mundial é muito bem representada pelo termo revisionismo *soft*⁶. Se trata de um revisionismo de caráter pragmático, aplicados a interesses específicos dos países membros do grupo, e não em prol de todos os membros do SI, como pode vir a aparentar nos discursos.

REFERÊNCIAS

- BAUMANN, Renato. Os BRICS e o G20 financeiro. In: BRASILIA. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Funag, 2012. p. 205-216.
- DEWITT, David e RYERSON, Christie. Los poderes médios y la seguridad mundial. In: TOKATLIAN, Juan (compilador). **India, Brasil y Sudáfrica: el impacto de las nuevas potencias regionales**. Buenos Aires: LibrosdelZorzal 2007.
- FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 53, nº 1, jan-jun 2010. p. 141-146.

para tentar frustrar, limitar ou modificar os planos do hegemon. Desta forma, através das instituições, da diplomacia, arranjos econômicos, entre outras formas de ação, não se desafia diretamente a potência dominante (PAPE, 2005; FLEMES, 2010).

⁶ Termo cunhado por Maria Regina Soares de Lima, utilizado pela primeira vez enquanto a autora expunha sobre "As bases conceituais da política externa brasileira" no Seminário Iniciativa México-Brasil, LACC/FIU, Miami, 13/05/2010.

- FLEMES, Daniel. A visão brasileira da futura ordem global. **Contexto Internacional** vol.32 n.2, Jul./Dec. 2010, p. 404-436
- GARCIA, Ana S. Emergindo de onde e para onde? Países "emergentes" e a possibilidade de configuração de uma nova ordem mundial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2011, São Paulo
- HABERMAS, Jürgen. **El Occidente Escindido**. Madrid: Editorial Trotta, 2006.
- HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para as potências emergentes? In: HURRELL, Andrew. **Os BRICS e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- KEOHANE, Robert. Lilliputians' Dilemmas: smallstates in international politics. **International Organization**, vol. 23, n° 2, spring 1969. p. 291-310.
- LIMA, Maria Regina Soares de & HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, Andrew. **Os BRICS e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- LIMA, Maria Regina Soares de. O Brasil, os BRICS e a institucionalização do conflito internacional. In: BRASÍLIA. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Funag, 2012. p. 175-186.
- LIMA, Maria Regina Soares de. Tradição e inovação na política externa brasileira. **Plataforma Democrática**, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11679.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 48, p.24-59, jan. 2005.
- NOGUEIRA, João Pontes. Os BRICS e as mudanças na ordem internacional. In: BRASÍLIA. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Funag, 2012. p. 281-292.
- PAPE, Robert. Soft balancing against the United States. **International Security**. v. 30, n. 1, p. 7-45, jul. 2005.
- RICUPERO, Rubens. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In: BRASÍLIA. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Funag, 2012. p. 303-310.
- SENNES, Ricardo. Nem restauradores, nem reformadores: o engajamento internacional minimalista e seletivo dos BRICS. In: BRASÍLIA. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Funag, 2012. p. 217-234.
- STUENKEL, Oliver. **The BRICS and the future of global order**. New York: Lexington Books, 2015.
- TUDOROIU, Theodor. Conceptualizing BRICS: OPEC as a Mirror. **Asian Journal of Political Science**, v. 20, n. 1, Apr. 2012, pp. 23-45.
- VANAİK, Achin. Emerging powers: Rise of the South or a reconfiguration of elites? In: TNI WORKING PAPERS (Org.). **Shifting Power: Critical perspectives on emerging economies**. Amsterdam: TransnationalInstitute, 2014. p. 4-19.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo. In: BRASÍLIA. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Funag, 2012. p. 187-204.
- WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. Dreaming with BRICs: the path to 2050. *Global Economics*, [s.l.] n. 99. Oct. 2013.

*Recebido em 16 de dezembro de 2016.
Aprovado em 13 de maio de 2017.*

RESUMO

Nos últimos anos os países os países emergentes adquiriram certo protagonismo até então inédito no sistema internacional. Este artigo centra-se naqueles países que receberam o nome de BRICS, buscando responder a questão se eles estariam lutando em prol da democratização do sistema internacional, ou se eles apenas procuram ascender hierarquicamente.

Palavras-chave: BRICS; Revisionistas ou conservadores; Ordem Global.

ABSTRACT

In the last years emerging countries have acquired a protagonism hitherto unprecedented in the international system. This article focuses on those countries that are called BRICS, seeking to answer to the question whether they would be fighting for international system democratization, or seeking to hierarchically ascending within it.

Key-words: BRICS; Revisionists or conservatives; Global order.